

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 567 - Brasília, sexta-feira, 17 de outubro de 1997



A CAE reunida: apoio a famílias carentes associado à educação

Comissão do Senado aprova renda mínima

Fim do 2º turno volta a ser debatido em plenário

Página 3

Pelo projeto, terá direito à complementação a família que perceber menos de meio salário mínimo per capita e mantiver filhos menores de 14 anos matriculados em escola pública

Os municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas poderão obter apoio financeiro da União. A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou ontem substitutivo do senador Lúcio Alcântara a projeto de

lei da Câmara nesse sentido. Para ter direito à complementação da renda, a família deverá perceber menos de meio salário mínimo per capita e terem filhos ou dependentes menores de 14 anos matriculados em escolas públicas. **Página 8**

Osmar e Benedita: ação contra a fome

Página 5

Regulamentada a rádio comunitária

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado aprovou ontem parecer do senador José Agripino Maia favorável a projeto que regulamenta o funcionamento de empresas de radiodifusão comunitária. A proposta, segundo o relator, poderá tirar da clandestinidade as emissoras que já funcionam sem con-

cessão em muitas localidades. Agripino destacou o papel dessas emissoras na difusão da cultura, das artes e das informações de interesse local. Esse serviço de radiodifusão deverá ser explorado por fundações e associações sem fins lucrativos. A matéria agora irá à deliberação do plenário do Senado.

Página 7



José Agripino (D) lê na comissão o seu parecer favorável à regulamentação das rádios comunitárias

Senado aprova 17 matérias na semana

Dezessete matérias foram aprovadas pelo Senado nesta semana (de 13 a 17 de outubro), entre elas, dois projetos agilizando o processo de reforma agrária e um terceiro estabelecendo novas normas para o direito de resposta, em caso de matéria ofensiva divulgada pela imprensa. Já a proposta de emenda constitucional que determina o fim do segundo turno nas eleições de governadores e prefeitos continuará em discussão na próxima semana.

O projeto sobre direito de resposta, de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR), ainda vai à apreciação da Câmara dos

Deputados. Prevê multa correspondente a 1% do faturamento, caso a retificação não seja divulgada, e até o fechamento da empresa jornalística que não acatar decisão judicial determinando reparação.

O plenário aprovou também a indicação do nome do senador Valmir Campelo (PTB-DF) para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). A indicação, feita pelas lideranças partidárias, será submetida à Câmara, de acordo com dispositivo constitucional que determina o preenchimento de seis vagas do TCU pelo Congresso Nacional.

Na segunda-feira (dia 13), a Mesa comunicou ao plenário



O plenário do Senado aprovou projeto que agiliza reforma agrária e normas para o direito de resposta

que estava remetendo à Câmara onze projetos de lei de iniciativa de senadores, aprovados em caráter terminativo (sem necessidade de apreciação

ção pelo plenário) pelas comissões do Senado. Dois deles tratam de reforma agrária: o de autoria do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que autoriza o Incra a aceitar doações equivalentes a 10% do total de imóvel regularmente cadastrado, desde que sejam terras apropriadas à execução de atividades agrárias; e o projeto do senador Lauro Campos (PT-DF), que reduz, de três para dois anos, o prazo para que uma propriedade abandonada passe ao domínio dos estados e possa ser utilizada para fins de reforma agrária.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou substitutivo do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) a projeto de lei complementar do senador Esperidião Amin (PPB-SC) que cria o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, para financiar programas de reordenação fundiária e de assentamento rural, com o propósito de facilitar a aquisição de terras e a implantação de infra-estrutura necessária à implantação de unidades agrícolas familiares. A matéria será examinada pelo plenário.

Agenda do Dia

PLENÁRIO
9h - Sessão não deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Segunda-feira (20.10.97)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado
Pauta: Terceiro dia de discussão da "PEC nº 20/97, acaba com o segundo turno para as eleições de governadores e prefeitos; primeiro dia de discussão da "PEC nº 7/96, acresce parágrafo 5º ao art. 64 da Constituição federal; primeiro dia de discussão da "PEC nº 48/96, altera o art. 57 da Constituição federal; e primeiro dia de discussão da "PEC nº 25/97, altera dispositivos dos artigos 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Terça-feira (21.10.97)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado
Hora do Expediente: O tempo destinado aos oradores será dedicado a homenagear o Dia do Médico
Oradores: Sebastião Rocha, Lúcio Alcântara e Romero Jucá

Pauta: "PR nº 133/97, autoriza o estado da Paraíba a transferir para a Caixa Econômica Federal - CEF seus débitos junto às instituições financeiras que especifica; "PR nº 135/97, autoriza o estado do Rio Grande do Norte a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal; "PLS nº 82/95, altera o dispositivo da Lei nº 8.004, de março de 1990, que dispõe sobre

transfêrencia de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação; "PLS nº 25/89, regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do "habeas data"; "PR nº 51/96, institui o Prêmio Nacional de Educação Darcy Ribeiro; "PR nº 110/97, denega autorização ao município de Goi-Érê para contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S/A; quarto dia de discussão da "PEC nº 20/97, acaba com o segundo turno para as eleições de governadores e prefeitos; segundo dia de discussão da "PEC nº 7/96, acresce parágrafo 5º ao artigo 64 da Constituição federal; segundo dia de discussão da "PEC nº 48/96, altera o artigo 57 da Constituição federal; e segundo dia de discussão da "PEC nº 25/97, altera dispositivos dos artigos 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Quarta-feira (22.10.97)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado
Pauta: "PDL nº 118/96, aprova o ato que renova a concessão deferida à TV Eldorado Catarinense Ltda.; "PDL nº 119/96, aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio Difusora de Mirassol d'Oeste Ltda.; "PDL nº 120/96, aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio São Carlos Ltda.; "PDL nº 3/97, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rede Gaúcha Zero Hora de Comunicações Ltda.; "PLS nº 88/97, dispõe sobre a ação de impugnação de mandato eletivo a que se refere o artigo 14, parágrafos 10 e 11, da Constituição federal; quinto e último dia de discussão da "PEC nº 20/97, acaba com o segundo turno para as eleições de governadores e prefeitos; terceiro dia de discussão da "PEC nº 7/96, acresce parágrafo 5º ao artigo 64 da Constituição federal; terceiro dia de discussão da "PEC nº 48/96, altera o artigo 57 da Consti-

tuição Federal; e terceiro dia de discussão da "PEC nº 25/97, altera dispositivos dos artigos 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Quinta-feira (23.10.97)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado
Pauta: "PLC nº 75/93, acrescenta dispositivo ao artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; "Requerimento nº 814/97, solicita tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 39 e 23, de 1996, com a de nº 8, de 1997; "Requerimento nº 817/97, solicita que o PLS nº 166/96, além das comissões constantes do despacho inicial, seja remetido, também, à de Assuntos Econômicos; quarto dia de discussão da "PEC nº 7/96, acresce parágrafo 5º ao artigo 64 da Constituição federal; quarto dia de discussão da "PEC nº 48/96, altera o art. 57 da Constituição federal; e quarto dia de discussão da "PEC nº 25/97, altera dispositivos dos artigos 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Sexta-feira (24.10.97)

9h - Sessão deliberativa ordinária do Senado
Pauta: Quinto e último dia de discussão da "PEC nº 7/96, acresce parágrafo 5º ao artigo 64 da Constituição federal; quinto e último dia de discussão da "PEC nº 48/96, altera o artigo 57 da Constituição federal; e quinto e último dia de discussão da "PEC nº 25/97, altera dispositivos dos artigos 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

COMISSÕES

Terça-feira (21.10.97)

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: Apreciação de diversas mensagens, destacando-se: "nº 171/1997, submete à apreciação do Senado o nome do senhor Renato Navarro Guerreiro para o cargo de presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel; "nº 172/1997, submete o nome do senhor Luiz Francisco Tenório Perrone para o cargo de conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel; "nº 173/1997, submete o nome do senhor José Leite Pereira Filho para o cargo de conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência pública para que sejam ouvidas várias entidades, a fim de insinuar o processo de apreciação para votação do PLC 101/97, que dispõe sobre a jornada de trabalho e outros aspectos referentes à organização do trabalho e das condições ambientais dos trabalhadores que realizam suas atividades em terminais de vídeo

Quarta-feira (22.10.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 46/95, dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; "PEC nº 06/96, tornando facultativo o voto; "PEC nº 52/95, suprime o parágrafo 3º do artigo 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; e "PEC nº 58/95, fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais

MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO

(de 13 a 17 de outubro de 1997)

Projetos aprovados e enviados à Câmara	14
Projetos aprovados e enviados à promulgação	3
Projeto arquivado	1
Total.....	18

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade
Editores - Edson de Almeida e Luiz Augusto Gollo

www.senado.gov.br

Fim do 2º turno esquentava debates no plenário

O segundo dia de discussão da proposta de emenda constitucional do senador Júlio Campos para a extinção do segundo turno nas eleições de prefeitos e governadores foi também marcado por posições antagônicas. Na defesa, além do autor, o senador Epitácio Cafeteira, em aparte, chamou a atenção para a importância da matéria, ao afirmar que "só quem tem dinheiro para

duas eleições é o governo". José Eduardo Dutra e José Roberto Arruda insistiram na mesma tese: não é o momento de se mudarem as regras para as eleições que ocorrerão em menos de um ano. E Eduardo Suplicy lembrou 1985, quando Fernando Henrique perdeu para Jânio Quadros a prefeitura de São Paulo: "Se houvesse segundo turno, eu teria recomendado o voto nele".

Suplicy: o exemplo da História favorece FHC

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou esperança de que o presidente Fernando Henrique Cardoso recomende os partidos que o apoiaram a rejeitarem a emenda constitucional que acaba com o segundo turno nas eleições de governadores e prefeitos.

Depois de considerar o segundo turno um avanço democrático no país, Eduardo Suplicy lembrou as eleições para a prefeitura de São Paulo, em 1985, quando Fernando Henrique perdeu para Jânio Quadros por 3% dos votos e ele, Suplicy, pelo PT, ficou com 20% da votação. Conforme o senador, se na época já existisse segundo turno ele teria recomendado aos eleitores que votassem em Fernando Henrique.

Suplicy disse que tem analisado todos os argumentos a favor do fim do segundo turno para governador e prefeito apresentados pelos senador Júlio



Suplicy: segundo turno é avanço político

lio Campos, autor da proposta de mudança constitucional. No entanto, continua convicto de que o segundo turno é um avanço, inclusive usado em outros países.

Dutra: não é a hora certa para se votar a questão

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, sugeriu que os partidos não votem agora qualquer mudança nas normas eleitorais, menos de um ano antes das eleições de 98. Ele fez a proposta assim que o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) anunciou que seu partido não concorda com o fim do segundo turno.

Dutra alertou que a proposta de mudança na Constituição altera também as regras para a eleição de presidente da República, reduzindo o percentual de votos para que um candidato seja declarado eleito em primeiro turno (de 50% para 45%). "Não entendo porque a emenda acaba com o segundo turno para governador e prefeito e não acaba para presidente. Os argumentos podem ser os mesmos."

Em aparte, o senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) assinalou que a argumentação de Júlio Campos pelo fim do segundo turno é importante, porque "só quem



Dutra: por que não vale para o presidente?

tem dinheiro para duas eleições é o governo". O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) sustentou que o Congresso precisa adotar uma lei eleitoral de caráter permanente.

Campos: "Abram os olhos, companheiros"

O senador Júlio Campos (PFL-MT) voltou a defender a proposta de sua autoria que acaba com o segundo turno para as eleições de governadores e prefeitos. Para ele, "quem está com o governo na mão massacra os outros

concorrentes".

- Abram os olhos, companheiros senadores! Esse segundo turno vai ser infernal - alertou.

Júlio Campos acha que, a prevalecer o segundo turno para governadores e prefeitos, "todo mundo vai sair candidato, porque assim negociará seu apoio no segundo turno em troca de cargos no governo a ser eleito". O senador voltou a acusar o governador de Mato Grosso, Dante de Oliveira, de usar a máquina estadual para pressionar prefeitos, em troca de apoio e até mesmo de partido.

- Tem gente dizendo que apresentei a emenda por causa das eleições no estado do Mato Grosso. Mentira! Apresentei minha emenda antes da discussão da lei que regula as eleições. Na Constituinte, fui contra o segundo turno. Em 93, apresentei a mesma emenda que acaba com o segundo turno - esclareceu.

Arruda: PSDB rejeita mudança das regras

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Congresso, anunciou ao plenário que a executiva do partido se reuniu quarta-feira e decidiu votar contra a proposta de emenda constitucional que

acaba com o segundo turno nas eleições para governadores e prefeitos.

O PSDB tomou a decisão, entre outras coisas, por não concordar com mudanças nas regras eleitorais menos de um ano antes das eleições de 1998, disse Arruda. Para ele, se a redução dos votos mínimos para eleição do presidente em primeiro turno (de 50% para 45%) pode beneficiar a possível reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, é mais um motivo para que o PSDB vote contra a emenda.

- No PSDB, temos pessoas que não gostam do segundo turno e quem acha que se trata de um avanço. Mas até mesmo quem não gosta do segundo turno acha que não é hora de discutir esse assunto - frisou o senador pelo Distrito Federal.



Campos: luta antiga contra o 2º turno



Arruda: emenda até beneficiaria o presidente

Proposta aprovada delega à Advocacia Geral da União o acompanhamento de processos relativos a pagamentos de precatórios, ao invés de iniciar-se a intervenção do órgão somente depois de concluídos os processos

Emenda de Lobão aperfeiçoa a LDO

O senador Edison Lobão (PFL-MA) afirmou ontem que a aprovação da emenda de sua autoria ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), disciplinando o controle do pagamento dos precatórios, é "exemplo de ação construtiva e atenta do Congresso em prol do interesse público e de uma frutífera integração de esforços entre os três Poderes".

Conforme o senador, pelo texto original do projeto de iniciativa do Executivo, a intervenção da Advocacia Geral da União (AGU), órgão responsável pela fiscalização do pagamento dos precatórios, ocorreria apenas no final do processo, antes do atendimento da requisição judicial, momento inoportuno, na opinião de Lobão, para "julgar que deveria ser feito durante fase operacionalmente útil".

Com o objetivo de criar



Eficiência e transparência são indispensáveis, prega Edison Lobão

mecanismo de controle eficaz, Edison Lobão apresentou a emenda, delegando à AGU o acompanhamento dos processos que versassem sobre a matéria, permitindo a esse órgão apreciar, inclusive, a razoabilidade dos valores a serem pagos.

O senador considerou a nova LDO, que condicionará o Orçamento da União para 1998, instrumento adequado para o Congresso influir no processo orçamentário.

- Não deixa de haver aí um choque entre duas visões distintas: o Executivo luta para que a LDO lhe permita eficácia na consecução dos legítimos objetivos da administração; já o Congresso pelega para que a lei promova a transparência dos critérios da administração. Essa tensão entre eficácia e transparência creio que acaba contribuindo para o aperfeiçoamento dos orçamentos e, por meios deles, da vida democrática-concluiu.

CPI dos Precatórios gera 17 inquéritos

O procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, enviou ofício ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, comunicando que já foram instaurados 17 inquéritos como resultado das investigações da CPI dos Precatórios, feita pelo Senado. A carta foi lida na

sessão do plenário de ontem. Brindeiro informa ainda que, tão logo ocorra na Procuradoria o exame conclusivo da documentação enviada pela CPI, requisitará a abertura de novos inquéritos pela Polícia Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça, se for o caso.

Hoje, no Salão Negro, mostra dos senadores

A exposição *O Senado e os Senadores*, promovida pela Coordenação de Relações Públicas, será aberta às 9h de hoje, no Salão Negro. O objetivo é mostrar o trabalho dos senadores e os serviços administrativos prestados pela Casa. A exposição ficará aberta até o dia 25. Segundo a organização

do evento, 46 senadores participam da mostra. Um dos destaques de *O Senado e os Senadores* será o estande do Prodesen, que está comemorando 25 anos de existência. A exposição estará aberta ao público das 9 às 18 horas, e no fim de semana das 9h30 às 14h30.

Para Maldaner, exigência de Motta ao PMDB é "muito dura"

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse ontem ser impossível que o seu partido decida imediatamente se apoiará ou não a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, como cobrou, pela imprensa, o ministro das Comunicações, Sérgio Motta. "É uma exigência muito dura do ministro", disse.

- Uma decisão tão importante como essa não pode ser tomada de sopetão. Não há a possibilidade de que governadores e parlamentares isolados decidam sobre a questão; deve ser uma solução conjunta. Poderemos até discutir isso em

uma convenção nacional-afirmou.

Maldaner lembrou que no início de 95 o PMDB reuniu seu conselho político e decidiu participar do governo Fernando Henrique Cardoso, "mas o tema da reeleição não estava em pauta, pois é um fato recente". Ele afirmou que o partido está cumprindo o acordo de apoiar o presidente.

- É até um contra-senso o PMDB, que lutou tanto por eleições diretas, não lançar candidato próprio à Presidência. Poderemos até decidir que não teremos candidato, mas devemos debater o assunto com calma, afinal a eleição



Maldaner: contra-senso

é apenas em outubro do ano que vem - concluiu.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) considerou que seria "saudável" para o PMDB e para a democracia brasileira se o partido lançasse candidato próprio, pois, acentuou, haveria mais alternativas para o debate com Fernando Henrique.

Eletricitário no Sul quer participar de privatização

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) informou ao plenário que a Justiça decidirá nos próximos dias se os eletricitários do Rio Grande do Sul têm preferência para compra da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), durante o processo de privatização da empresa. A Constituição gaúcha prevê essa possibilidade e os 4.100 trabalhadores da Cooperativa Rio-Grandense dos Em-

pregados da CEEE querem "exercer seu direito".

O senador deu a informação ao ser votado requerimento de sua autoria para que a CAS analise um projeto que trata de cooperativas. O plenário decidiu ainda, em outra votação, que a CAS fará novo exame de um projeto da Câmara que regulamenta a profissão de classificador de produtos vegetais.

Dia Mundial da Alimentação foi lembrado na Hora do Expediente da sessão de ontem, com discursos sobre a fome no Brasil, que é pior do que na China, segundo Osmar Dias

Osmar quer ação concreta contra fome

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) disse ontem, durante a hora destinada à comemoração do Dia Mundial da Alimentação, não ser mais possível que a sociedade brasileira continue assistindo à luta do pequeno produtor para sobreviver em meio aos "elevadíssimos custos de produção" e presenciando o êxodo rural dos que não resistem às dificuldades do campo.

- Enquanto se discute o assentamento de 60 mil famílias, muito mais pessoas abandonam o campo todos os anos. Só com uma política planejada, que possa oferecer garantia a quem produz e segurança a quem está na cidade, teremos a produção adequada de alimentos - afirmou o senador.

Na sua opinião, a questão da fome no mundo não se resume à produção de alimentos, mas diz respeito à distribuição e ao acesso que a população tenha a eles. A seu ver, no Brasil especificamente, a excessiva concentração de ren-



Osmar: fixação não supera o êxodo rural

da e de terra dificulta a promoção de programas governamentais eficientes para o combate à fome no país.

A esse respeito, Osmar Dias lembrou que 20 grandes empresas detêm, no Brasil, 20 milhões de hectares de terras, área equivalente ao estado do Paraná ou, como disse, uma

área que poderia abrigar quatro milhões de pequenos produtores.

Osmar Dias disse que 850 milhões de pessoas passam fome no mundo atualmente, segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). Esse organismo internacional, como lembrou o senador, admite não ter como acabar a fome no mundo, mas promete reduzir pela metade o contingente de famintos.

O senador disse que, no Brasil, 32 a 35 milhões de pessoas estão hoje abaixo da linha da pobreza, ou seja, na miséria. Além disso, conforme a Organização Mundial de Saúde, cerca de 70 milhões de brasileiros, quase 50% da população, não consomem a

quantidade adequada de calorias, que seria em torno de 2,4 mil calorias diárias, segundo ele.

Comparando esses dados com os da China, onde 70 milhões de pessoas passam fome, o senador disse que a situação brasileira é mais grave do que a chinesa, uma vez que aquele país tem 1 bilhão e duzentos milhões de habitantes.

Osmar Dias considerou também que estatísticas do Ministério da Saúde revelaram que 95% das crianças que ingressam no curso primário não conseguem terminá-lo sem reprovação, em consequência da subnutrição ou da desnutrição.

Em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) comentou que o problema da fome é endêmico, crônico, e precisa ser resolvido no país. O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) apoiou o discurso de Osmar.



Rocha: receio quanto a Menem

Rocha não vê bom saldo na visita de Bill Clinton

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) comparou ontem as visitas feitas ao Brasil pelo papa João Paulo II e pelo presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, classificando-as como positiva a primeira e negativa a segunda, em termos de opinião pública.

Na sua opinião, o papa conseguiu unir o povo em torno da fé e da esperança, despertando o sentimento de religiosidade do brasileiro e discutindo temas relevantes para o país, como os excluídos, os miseráveis, os racialmente discriminados, os sem-terra e a violência.

- Apesar de fraco fisicamente, João Paulo transmitiu grande alegria e espírito de jovialidade, contagiando a nação - frisou.

Na opinião de Sebastião Rocha, o presidente Bill Clinton, entretanto, exagerou no cumprimento da burocracia do seu país em relação às visitas que faz pelo mundo. "Tratou os brasileiros como colonos e tentou desagregar o Mercosul", garantiu.

Conforme o senador, a pressa de Clinton em fazer com que a Alca passe a determinar a economia no Cone Sul foi repudiada por todos os políticos e autoridades, entre elas o presidente Fernando Henrique Cardoso, a quem congratulou pelas respostas dadas ao presidente norte-americano.

Mas existe, segundo ele, o risco de o presidente norte-americano, na Argentina, onde se encontra, tentar convencer o presidente Carlos Menem da necessidade de implantar-se imediatamente a Alca, "desagregando o Mercosul".

Benedita defende o Programa de Segurança Alimentar

Ao falar na homenagem ao Dia Mundial da Alimentação, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) defendeu projeto de sua autoria que institui o Programa Nacional de Segurança Alimentar. O programa se propõe a incentivar a pesquisa agropecuária e cooperativas de pequenos agricultores; fomentar a produção de alimentos e criar comitês de combate à fome e à miséria.

Conforme destacou, o projeto também prevê parcerias entre órgãos públicos e privados, racionalizando a articulação e coordenação de iniciativas que assegurem consciência e coerência às ações intersetoriais. Além disso, a mobilização da sociedade por meio de campanhas educativas para conscientizar a opinião pública e a capacitação de agentes comunitários.

Benedita da Silva afirmou que, passadas cinco décadas,

desde a publicação da *Geografia da Fome*, do cientista brasileiro Josué de Castro, alertando para o problema, a miséria e a fome continuam constituindo "vergonhosa mácula na imagem do país perante o mundo". Apesar de iniciativas do governo e de programas da sociedade, a seu ver, pouco foi feito para combater a questão.

- São 70 milhões de pobres no Brasil, 30 milhões em condições de extrema pobreza, sem acesso às condições de alimentação adequada. O perfil de distribuição de renda no Brasil, no início desta década, indicava que 50% dos mais pobres da população ficavam com uns 12% do total dos rendimentos, enquanto que os 10% mais ricos ficavam com mais de 48% da renda - declarou.

Na opinião da senadora, a instituição do Programa Nacional de Segurança Alimentar,



Benedita lamenta que pouco se tenha feito contra a fome

cujas ideias surgiram por ocasião da realização da Cúpula Mundial sobre Alimentação, em 1996, "é uma perspectiva real de solução ou de minoração dos efeitos nefastos da fome". Conforme relatou, os pontos centrais da proposição são a mobilização da mulher trabalhadora, a organização cooperativa dos pequenos produtores rurais e a vinculação direta entre as comunidades pro-

dutoras rurais e as comunidades urbanas de baixa renda.

Em aparte, o senador Gilvam Borges associou-se às preocupações da senadora, defendendo uma política de planejamento familiar. A seu ver, o governo federal deve adotar políticas de base para enfrentar o problema da fome.

Deputados estaduais aprovaram em Belém a idéia de cortar os benefícios da Vale do Rio Doce, em função da mudança de postura da empresa no Pará. Como disse o senador, a sociedade não está apática e reagirá

Ademir apóia luta contra a Vale

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) elogiou ontem a decisão unânime dos deputados estaduais do Pará de elaborar uma lei para cortar os incentivos e benefícios concedidos à Vale do Rio Doce pelo governo do estado. Ele explicou que, mesmo tendo sido privatizada, a Vale do Rio Doce continua recebendo, por exemplo, proteção policial militar na área conhecida como Serra Verde e dispõe de agentes de saúde pagos pelos cofres públicos.

- Vamos passar a tratar a Vale do Rio Doce como inimiga do nosso estado - afirmou o senador, ao explicar que, de-



Ademir: Vale agora é inimiga

pois de privatizada, a empresa suspendeu convênios com prefeituras da região e deixou de investir em municípios, prejudicando a economia local.

Na opinião de Ademir Andrade, "a Vale tem atuado no

Pará sem respeito à comunidade local e aos interesses regionais". A seu ver, os tempos são outros e o povo do Pará garantirá seus direitos.

"Passou o tempo em que o poder econômico ditava as regras, em que prevalecia o interesse do lucro imediato. A sociedade não está mais tão apática como estava antigamente", garantiu.

O senador criticou a indefinição da nova diretoria da Vale do Rio Doce sobre a construção da Siderúrgica do Salobro, em Marabá, onde as reservas de cobre de Carajás seriam industrializadas, e sobre a transferência do escritório

central da companhia para São Luís (MA), medida que, segundo ele, esvaziaria a direção do projeto Carajás.

LEI KANDIR

Ademir Andrade anunciou que apresentará nos próximos dias um projeto para revogar a Lei Kandir. Pelos seus cálculos, o Pará perdeu R\$ 100 milhões após a edição da lei.

Em apertes, os senadores Carlos Patrocínio (PFL-TO) e Sebastião Rocha (PDT-AP) apoiaram o discurso de Ademir Andrade, destacando esse último que a decisão da Assembleia do Pará "é necessária e precedente".



Patrocínio: apelo pela Uninitins

Patrocínio pede por universidade no Tocantins

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) apelou ontem ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza, para que a Fundação Universidade do Tocantins (Unitins) seja dotada dos recursos necessários ao desenvolvimento de suas atividades. Ele disse que o Tocantins tem demonstrado capacidade e "dá exemplo" no sistema de ensino, embora seja o único estado brasileiro que não conte com uma universidade federal.

Após destacar que o Tocantins representa a fronteira agrícola mais importante do país, o senador aplaudiu a criação do "Projeto Biobrasil, que é mais um exemplo de programa de desenvolvimento sustentável com apoio do governo federal". Esse projeto, conforme destacou, pesquisará plantas medicinais e foi lançado pelos ministérios da Saúde e do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal - em parceria com a Unitins - , de acordo com protocolo de intenções assinado dia 13.

A flora brasileira possui enorme potencial para extração de remédios de plantas, e só a região do Tocantins, onde será desenvolvido o projeto, representa 30% da biodiversidade do planeta - disse o senador, acrescentando que o Biobrasil está orçado em R\$ 4,511 milhões.

Patrocínio informou que a pesquisa será desenvolvida em cinco anos e prevê um levantamento detalhado das espécies de plantas dos grandes ecossistemas do Tocantins.

Simon insiste para que gás da Argentina chegue a Porto Alegre

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) considerou injusto, ontem, que o gasoduto Argentina/Brasil chegue a Uruguaiana (RS) e não a Porto Alegre. Ele reiterou apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso, em visita ao Rio Grande do Sul, para que esse gasoduto atenda também à capital gaúcha.

Conforme o senador, o protocolo assinado pelo então presidente do Brasil, José Sarney, e pelo presidente da Argentina, Carlos Menem, previa que o gasoduto iria até Porto Alegre. "O

momento de fazer isso é agora, já que o presidente Fernando Henrique participou do ato de construção de uma termelétrica em Uruguaiana, que será abastecida por gás argentino", afirmou.

Simon contestou a justificativa de autoridades federais de que o gasoduto Bolívia/Brasil, que atingirá a região Centro-Oeste e os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, alcançará mais tarde Porto Alegre. "Não sei se esse depois chegará algum dia e, além disso, a fronteira



Simon: o momento é agora

oeste do estado não seria atingida." A seu ver, os dois gasodutos podem ser construídos juntos, já que são de iniciativa privada.

Senado está no Festival do Livro em Goiânia

O Senado Federal está participando do II Festival do Livro de Goiânia, que se realiza até domingo, no Centro de Convenções da cidade.

Entre os lançamentos que marcam a contribuição da Casa, os visitantes encontram a biografia dos senadores de Goiás, desde 1826 até os dias de hoje, e a edição especial comentada do *Sermão da Sexagésima*, do Padre Antônio Vieira, pelos trezentos anos de seu falecimento. No estande do Senado, o interessado também pode adquirir duas obras raras recentemente reeditadas: *Ciência Política*, de Alberto Salles, e *O Rei dos Jagunços*, de Manoel Benício.

ACM promete ajuda a documentários históricos

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem visita do ator Guilherme Fontes, que lhe apresentou detalhes de projeto para recontar os 500 anos da história brasileira, a partir da produção de uma série de documentários. O senador prometeu colaborar com o projeto, e disse considerar que a iniciativa reforçará "o orgulho de ser brasileiro".

Antonio Carlos Magalhães destacou ainda a importância de um "artista de cinema e televisão do porte de Guilherme Fontes engajar-se em um trabalho cívico". Segundo o artista, a idéia é "recontar a história brasileira partindo do



Antonio Carlos e Fontes: descontração na audiência sobre o Brasil

presente para o passado, organizando os períodos em documentários e destacando um grande personagem em cada um deles".

Com esse trabalho, acredita Fontes, será possível projetar e fixar na história nacional os grandes heróis brasileiros.

Projeto poderá tirar da clandestinidade emissoras que já funcionam à revelia de concessões por parte do poder público

Comissão aprova norma para rádio comunitária

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), aprovou ontem parecer do senador José Agripino (PFL-RN) favorável ao projeto de lei da Câmara regulamentando o funcionamento de empresas de radiodifusão comunitária.

Em seu voto, o relator argumenta que o projeto vem tirar da clandestinidade as emissoras que já funcionam à revelia de concessões em muitas localidades e

validade de três anos renováveis por igual período, é concedida pelo Ministério das Comunicações, que regulamentará e fiscalizará as emissoras, que, segundo o relator, "deixarão de interferir no sistema regular de telecomunicações".

e opinativa deve observar os princípios da pluralidade de opinião e de versões simultâneas em matérias polêmicas. O cidadão comum terá, segundo a proposição, direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora.

Esse serviço de radiodifusão deverá ser explorado por fundações e associações comunitárias sem fins lucrativos. O patrocínio será sob a forma de apoio cultural e também sem fins lucrativos.

Um conselho comunitário - composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas - deverá acompanhar a programação, com o propósito de observar o atendimento do interesse da população e das diretrizes estabelecidas pelo próprio projeto.

O serviço de radiodifusão comunitária tem por finalidade difundir idéias, cultura e tradições da comunidade a que serve; prestar serviços de utilidade pública; e permitir aos cidadãos o exercício do direito de expressão. Em sua programação, deve atender aos princípios de não-discriminação de raça, religião, convicções político-ideológico-partidárias e condição social.

A programação informativa



José Agripino lê parecer favorável ao projeto, na reunião da comissão

destaca sua missão de difusão da cultura, das artes e da informação de interesse local. A matéria irá agora à deliberação do plenário do Senado.

De acordo com o projeto, o serviço de radiodifusão comunitária deve operar em frequência modulada, em baixa potência (máxima de 25 watts ERP e altura do sistema irradiante não superior a 30 m) e cobertura restrita (bairro ou vila). A outorga, com

Suplicy teme perda de soberania com a Alca

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu ontem aos parlamentares, aos formadores de opinião e à imprensa para que discutam com maior profundidade as questões suscitadas pela eventual formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

- Se for implementada de acordo com o figurino proposto por Washington, a Alca transformará o Brasil e o resto da América em uma extensão do espaço econômico americano. Representará uma grande perda de soberania e autonomia para nós - alertou.

Na opinião de Suplicy, apesar de a idéia do bloco ter sido lançada pelos Estados Unidos há muitos anos, a sua discussão no Brasil avançou pouco fora dos círculos especializados.

- Prevalece no nosso país uma visão muito simplificada das relações econômicas internacionais. Acredita-se que a abertura comercial, que é vantajosa para as economias mais poderosas, também beneficia os países menos desenvolvidos. A discussão parece limitada ao ritmo em que deve caminhar a abertura das eco-



Suplicy pede discussão ampla

nomias, com os Estados Unidos querendo forçar o passo e o Brasil procurando ganhar tempo - salientou o senador Eduardo Suplicy.

Dutra propõe debate público sobre FGTS

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) propôs ontem, em plenário, que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) promova audiência pública a fim de debater a questão relacionada aos recursos do FGTS. O Senado Federal poderia dar importante contribuição sobre o assunto, disse o senador, ao anunciar que o Conselho Curador do FGTS se reunirá terça-feira (dia 21) para deliberar sobre a instituição de um programa de financiamento a concessionários privados de saneamento, com recursos do Fundo.



Dutra: alta relevância

José Eduardo Dutra disse que a proposta de criação do programa partiu do ministro do Planejamento, Antônio Kandir, e do presidente da Caixa Econômica Federal, Sérgio Cutolo, integrantes do conselho na condição de representantes do governo. Para o senador, "o fato é da maior relevância para o conjunto da população brasileira, sobretudo no que toca ao fator saúde pública, e aos trabalhadores, em particular, no que diz respeito aos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço".

TV SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h - Entrevista com o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) sobre uma maior autonomia dos municípios com relação aos seus problemas mais imediatos como saúde, segurança e assistência social (reapresentação)
- 7h30 - "Jornal da Amazônia"
- 8h - Debate entre o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Zoé Silveira D'Ávila, presidente da União Brasileira de Avicultura, sobre o Décimo Quinto Congresso Brasileiro de Avicultura que acontecerá em Brasília nos dias 21, 22 e 23 de outubro (inédito)
- 9h - Sessão plenária (vivo)
- Em seguida - Comissão de Relações Exteriores (pré-gravada em 14/10/97)
- 14h30 - Sessão plenária (reapresentação)
- Em seguida - Comissão de Constituição de Justiça (reapresentação)
- 19h30 - "Sete Dias na Política" entrevista o senador Pedro Simon sobre as votações da Comissão de Constituição e Justiça
- 20h30 - "Congresso Hoje"
- 21h30 - "Fala Cidadão" (reapresentação)
- 00h30 - "Jornal da Amazônia"
- 01h - Debate entre o senador Casildo Maldaner e Zoé Silveira D'Ávila, presidente da União Brasileira de Avicultura, sobre o Décimo Quinto Congresso Brasileiro de Avicultura que acontecerá em Brasília nos dias 21, 22 e 23 de outubro (reapresentação)

RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 10h - Comissão de Assuntos Econômicos
- Em seguida - Música e informação
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- 14h15 - "Plenário em revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- Em seguida - Música e informação
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 24h - Retransmissão da sessão plenária
- 4h - Música e informação até as 7h30

Substituto do senador Lúcio Alcântara recebeu sete emendas, que serão votadas em separado na próxima reunião da comissão. Família com renda inferior a meio salário mínimo per capita terá direito ao benefício

Renda mínima é acolhida na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP), aprovou ontem substitutivo do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) a projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a conceder apoio financeiro aos municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas. As emendas apresentadas ao texto de Alcântara serão votadas em separado na próxima reunião da CAE. A matéria irá então para o plenário do Senado, devendo retornar à Câmara dos Deputados se forem mantidas as modificações propostas pelos senadores ao texto original.

Para ter direito à complementação da renda, a família deverá perceber menos de meio salário mínimo *per capita* e ter filhos ou dependentes menores de 14 anos. Deverá também comprovar a matrícula e a frequência de todos os seus dependentes entre sete e 14 anos em escola pública ou em programas de educação especial.

De acordo com o substitutivo, o apoio financeiro do Executivo será dado aos municípios que não disponham de recursos suficientes para financiar integralmente a sua implementação - aqueles com receita tributária por habitante, incluídas as transferências constitucionais correntes, inferior à respectiva média estadual e com renda familiar por habitante inferior à renda média familiar por habitante do estado.

O apoio da União terá por referência o limite máximo de benefício por família dado pela seguinte equação: valor do benefício por família = R\$ 15,00 x número de dependentes entre 0 e 14 anos - (0,5% x valor da renda familiar *per capita*). O presidente da República poderá corrigir o valor de R\$ 15,00, quando esse

se mostrar inadequado para atingir os objetivos do apoio financeiro da União. Esse apoio será limitado a 50% do valor do programa municipal, ficando o município, em conjunto ou não com o estado, responsável pelos outros 50%.

O apoio da União aos programas municipais será estendido gradualmente de 1998 até o ano 2002 e será custeado com dotação orçamentária específica, a ser consignada a partir do exercício financeiro de 1998. A cada ano, o apoio será estendido prioritariamente às iniciativas dos municípios mais carentes, obedecido o limite de 20% do total desses municípios existentes em cada unidade da Federação, até que todos os municípios passíveis de ajuda sejam beneficiados.

Ainda segundo o substitutivo, será excluído do benefício, pelo prazo de cinco anos, ou definitivamente, se reincidente, o beneficiário que prestar declaração falsa ou usar de qualquer outro meio ilícito para obtenção de vantagens. Quem gozar ilícitamente do auxílio será obrigado a ressarcir a importância recebida, em prazo a ser estabelecido pelo Executivo, com



A decisão ontem da Comissão de Assuntos Econômicos foi precedida de movimentado debate

atualização baseada no índice de correção dos tributos federais. O servidor público ou agente de entidade conveniada que contribuir para tal irregularidade sofrerá as sanções penais e administrativas cabíveis e terá de pagar multa nunca inferior ao dobro dos rendimentos ilegalmente pagos, corrigidos com base no índice de correção dos tributos federais.

Sete emendas - quatro de Eduardo Suplicy (PT-SP), duas de José Serra e uma de José Fogaça (PMDB-RS) - foram apresentadas ao substitutivo. A única que recebeu parecer favorável de Alcântara foi a que

estabelece que o descumprimento da frequência escolar mínima por parte da criança cuja família seja beneficiada pelo programa levará à imediata suspensão do benefício correspondente, de autoria de José Serra.

Debateram a matéria José Roberto Arruda (PSDB-DF), José Fogaça, Lúcio Coelho (PSDB-MS), Eduardo Suplicy, José Serra, Levy Dias (PPB-MS), José Eduardo Dutra (PT-SE), Vilson Kleinübing (PFL-SC) e Casildo Maldaner (PMDB-SC). O projeto já tramitou pelas comissões de Assuntos Sociais e de Educação.

Decididas as cinco emendas ao Orçamento

A CAE aprovou ontem as cinco emendas seguintes que apresentará ao projeto de Orçamento da União para 1998:

De Romero Jucá (PFL-RR), no valor de R\$ 40 milhões, para o Fundo Nacional de Assistência Social, "com vistas ao desenvolvimento de ações de caráter social, a fim de melhorar o nível de renda das famílias pobres".

De João Rocha (PFL-TO), no valor de R\$ 26 milhões, para a conclusão da ponte ferroviária sobre o rio Tocantins, na divisa dos estados de Tocantins e Maranhão, "com vistas a dar continuidade à ferrovia Norte-Sul".

De Vilson Kleinübing (PFL-SC), no valor de R\$ 30 milhões, para recuperação de áreas degradadas pela extração de minerais em todo o país.

De Jonas Pinheiro (PFL-MT), no valor de R\$ 25 milhões, para manutenção das atividades de assistência técnica e extensão rural.

De José Serra, no valor de R\$ 10 milhões, para melhoria das condições de atuação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Bolsa-escola não chegou a Alagoas, reclama Calheiros

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) solicitou, por meio de requerimento ao Ministério da Previdência e Assistência Social, explicações sobre a exclusão das famílias da Zona da Mata alagoana do programa nacional de erradicação do trabalho infantil promovido pela Secretaria de Assistência Social daquele ministério. Ele lembrou que o governo federal havia considerado os canais do estado prioridade máxima dentro da política de fortalecimento do ensino básico, mediante a destinação de uma bolsa-escola no valor de R\$ 50 às fa-

mílias da região que mantivessem os filhos na escola, desonerando-os da contribuição de seu trabalho para o orçamento doméstico.

O senador informou que seu estado ocupa o último lugar no ranking brasileiro da educação, com taxa de escolarização de adolescentes inferior a 55% de acordo com dados das Nações Unidas e do Ipea. Para ele, a bolsa-escola seria uma tentativa de acabar com o sacrifício de crianças que "trabalham de sol a sol em condições insalubres e perigosas, privadas da infância, da dignidade, de tempo para seu



Calheiros: Alagoas de fora

estudo e lazer, e, portanto, do futuro".

- Por que Alagoas ficou de fora do programa, se o compromisso original era de que a bolsa-escola beneficiaria simultaneamente a Zona da Mata pernambucana e a alagoana? Qual a razão dessa discriminação? - perguntou.